

BOLETIM DE CONJUNTURA

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 1 - Novembro de 2014

Esta publicação inaugura uma série do DIEESE que visa analisar e debater a conjuntura nacional e internacional e os reflexos sobre o mercado de trabalho, os setores, a renda, as negociações coletivas, os preços etc.

Será elaborada pelo Grupo de Conjuntura, que reúne técnicos de diversas regiões do país, para ser divulgada bimestralmente para todas as entidades filiadas.

OS DESAFIOS PARA REATIVAR O CRESCIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL

As eleições de 2014 permitiram a apresentação e a avaliação de experiências e projetos para o país. A recondução da presidenta Dilma Rousseff ocorreu em meio a complexas condições econômicas e políticas, que impõem grandes desafios à nação para o avanço do processo de crescimento com distribuição de renda e inclusão social.

O desempenho da economia brasileira no primeiro semestre de 2014 foi caracterizado por tendências aparentemente conflitantes. Por um lado, a produção de bens (físicos e serviços), conforme sintetizada no indicador do Produto Interno Bruto (PIB), patinava, mas, por outro, a taxa de desemprego continuava em patamares historicamente baixos. Embora a queda do PIB por dois trimestres consecutivos, como ocorreu no primeiro semestre de 2014 no Brasil, seja uma referência para classificar a economia de um país como em recessão, outros indicadores apontavam em direção contrária, como os baixos índices de inadimplência e a sustentação dos níveis de consumo das famílias, além do desemprego contido. Além disso, prevê-se que, em 2014, a economia cresça, ainda que pouco, algo em torno de 0,50%.

O crescimento no Brasil no contexto internacional

Muitos analistas têm escrito sobre o baixo crescimento do Brasil, destacando que está entre os mais baixos do mundo. Essas análises comparam recorrentemente o crescimento brasileiro ao dos países emergentes e ao de outros países sul-americanos. De fato, o Brasil tem crescido abaixo da média dos países chamados emergentes. No entanto, quando se retira a China da análise (cujo crescimento é “um ponto fora da curva”), verifica-se que a economia brasileira cresce de forma semelhante à dos países emergentes. A Tabela 1 apresenta os países que compõem o G-20, com os respectivos crescimentos em 2013.



TABELA 1
Variação do PIB no G-20 em 2013

País	Variação do PIB (%) em 2013	País	Variação do PIB (%) em 2013
China	7,7	Canadá	2,0
Indonésia	5,8	África do Sul	1,9
Índia	5,0	Reino Unido	1,7
Turquia	4,1	Japão	1,5
Arábia Saudita	4,0	Rússia	1,3
Coréia do Sul	3,0	México	1,1
Argentina	2,9	Alemanha	0,5
Brasil	2,5	França	0,3
Austrália	2,3	Itália	-1,9
EUA	2,2		
Média do G20		3,4	
Média sem China		2,2	

Fonte: FMI

Elaboração: DIEESE

O G-20 é um fórum informal que reúne os países desenvolvidos e emergentes, cujas economias representam nada menos que 90% do PIB mundial e 2/3 da população global. Considerando o crescimento do Brasil, o país está na 7ª posição no grupo.

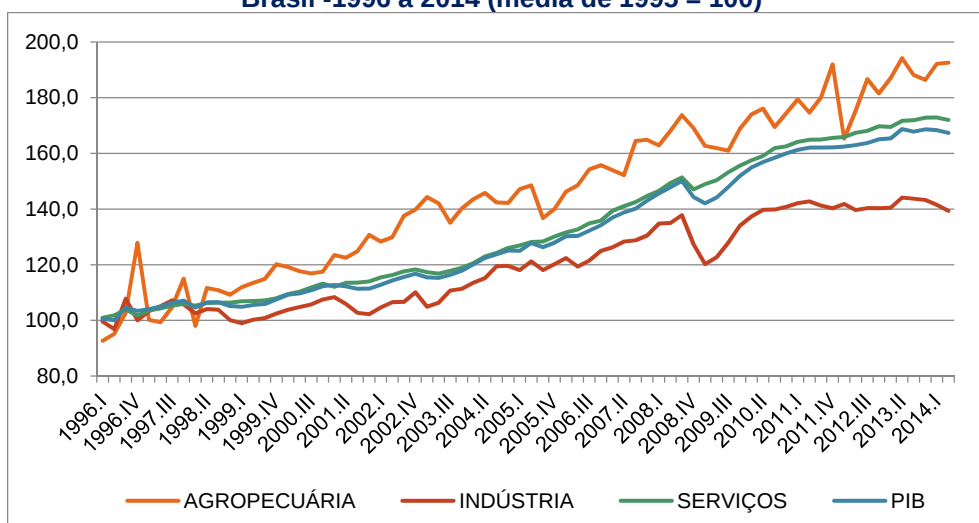
O crescimento do PIB brasileiro está acima da média do G-20 sem a China, como revelam os dados. O Brasil cresceu mais que 11 países do G-20, alguns deles apontados como modelos a serem seguidos. É o caso do México, cujo produto no ano passado, cresceu apenas 1,1%, abaixo até da média que vem mantendo nos últimos 12 anos (1,5%).

Os componentes do PIB e sua evolução

Uma análise de mais longo prazo do PIB revela que, entre 2002 e 2008, a economia brasileira cresceu de forma acelerada. Sofreu o forte impacto da fase mais aguda da crise internacional no final de 2008, mas, em seguida, se recuperou rapidamente. Desde 2011, no entanto, o crescimento desacelerou, até que, desde 2013, o PIB cresce relativamente pouco e de forma oscilante.

O PIB, entretanto, expressa a média do desempenho de alguns componentes econômicos. Pelo lado da oferta de bens, o PIB sintetiza a média da produção nos grandes setores econômicos: agropecuária, indústria e serviços. Analisando a produção desses setores no mesmo período, constata-se que a evolução da produção industrial ficou bem abaixo daquela dos outros dois setores (Gráfico 1). Enquanto a produção agropecuária quase dobrou (do nível 100 para o valor de 193) entre 1995 e 2014, a industrial aumentou apenas cerca de 40%. E, mais do que isso, desde 2010, a produção industrial encontra-se estagnada.

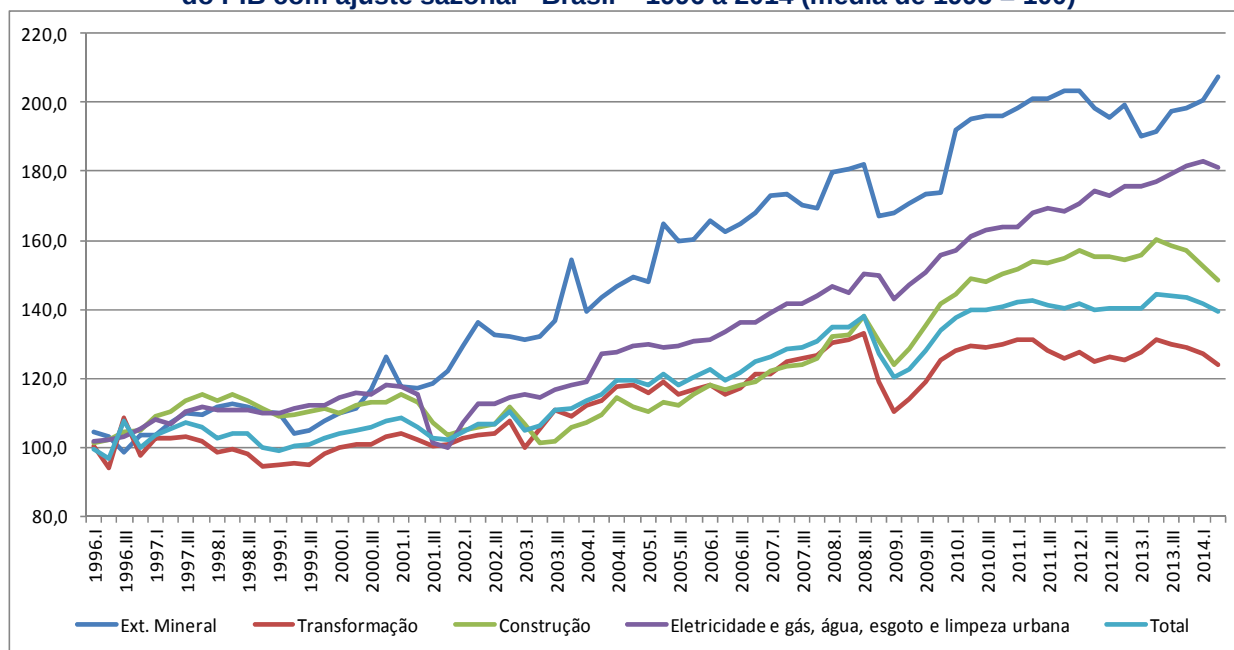
GRÁFICO 1
Evolução dos componentes do PIB pelo lado da oferta segundo índice de volume trimestral com ajuste sazonal
Brasil -1996 a 2014 (média de 1995 = 100)



Fonte: Contas Nacionais. IBGE

Também a produção industrial reflete o desempenho de alguns componentes. Quando analisados os subsetores da produção industrial, verifica-se que, desde 1995, a produção da indústria extrativa se expandiu substancialmente (mais de 100%), enquanto a da indústria de transformação cresceu apenas entre 25% e 30%, patamar em que se encontra desde 2010 (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Evolução da produção da indústria por subsetor segundo índice de volume trimestral do PIB com ajuste sazonal - Brasil - 1996 a 2014 (média de 1995 = 100)



Fonte: Contas Nacionais. IBGE



O mercado de trabalho

Os indicadores do mercado de trabalho até agora têm refletido de maneira relativamente suave e defasada a desaceleração da produção econômica no país. De modo geral, no Brasil, a taxa de desemprego não tem se elevado em relação aos dois anos anteriores. Pelo menos em parte, no entanto, esse comportamento se deve ao menor crescimento do número de pessoas no mercado de trabalho (ocupadas e desempregadas), uma vez que a criação de postos de trabalho está arrefecendo. Por outro lado, continua se elevando a participação dos trabalhadores assalariados com carteira assinada e dos estatutários do setor público,

modalidades de inserção ocupacional no mercado de trabalho com maior proteção e acesso aos direitos trabalhistas.

Pelos dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), em setembro de 2014, finalmente, o nível ocupacional voltou a esboçar sinais mais consistentes de retomada. A julgar pela sazonalidade típica do mercado de trabalho metropolitano, esse movimento já era esperado nos meses anteriores, fato que corrobora as dificuldades para expansão ocupacional ao longo deste ano. Em setembro, na comparação com o mês anterior, a ocupação cresceu em quatro das cinco regiões metropolitanas pesquisadas pela PED. Apenas Recife registrou pequena variação negativa de 0,3% no número de trabalhadores ocupados. A dinâmica conjuntural positiva da ocupação no espaço metropolitano brasileiro refletiu favoravelmente sobre a taxa de desemprego total. Em setembro, nenhuma das cinco regiões metropolitanas investigadas percebeu aumento da taxa. Na comparação de setembro deste ano com o do ano passado, a tendência da taxa de desemprego total foi de relativa estabilidade e, novamente, Recife foi exceção, com queda expressiva do desemprego. Em agosto de 2014, diante do mesmo mês de 2013, o rendimento médio real dos ocupados caiu entre 1,0% e 1,7% em Salvador, Fortaleza e Recife e ficou relativamente estável em Porto Alegre e São Paulo, com flutuação em torno de 0,2%. E, por fim, segundo o Caged/MTE, em setembro, foram gerados pouco menos de 124 mil empregos com carteira assinada, o menor número para o mês, desde pelo menos 2003.

A fraca dinâmica dos rendimentos e da ocupação, por um lado, reflete as dificuldades da atividade econômica e, por outro, influencia negativamente a evolução da massa de rendimentos disponíveis na economia, reforçando uma conjuntura que tolhe perspectivas futuras de melhorias significativas no mercado de trabalho. Tanto pelo parco crescimento da ocupação e dos rendimentos quanto pela evolução discreta do crédito, o consumo perde fôlego. No acumulado em 12 meses até agosto de 2014, o comércio brasileiro (incluindo o setor de veículos,



peças e motos e material de construção) registra crescimento de 0,6% em volume de vendas e de 6,2% em receita nominal, praticamente empatando com a inflação ao consumidor.

Quais são os desafios à frente?

Do ponto de vista sindical e trabalhista, o cenário revela-se desafiador. Os desafios envolvem equacionar questões referentes ao mercado de trabalho, à promoção do crescimento econômico (com maior investimento e crescimento da indústria de transformação), ao financiamento do Estado e ao enfrentamento do *déficit* das contas externas do país. Tudo isso aprofundando a política de melhoria da distribuição de renda. Outro desafio, de caráter mais instrumental para alcançar aqueles objetivos e para manter a inflação sob controle, diz respeito ao rebalanceamento da taxa de juros e do câmbio (em breves palavras, os preços do dinheiro e do dólar).

A redução da participação da indústria, notadamente da indústria de transformação, na criação de riqueza é extremamente preocupante e um dos principais desafios do país. Na indústria de transformação se desenvolve conhecimento e tecnologia que ampliam a eficiência e a competitividade da economia. É nela também que, em geral, se formam trabalhadores mais qualificados e se pagam os melhores salários.



Uma democracia de massa como o Brasil não pode abrir mão, tão precocemente, de uma indústria forte e diversificada, como a construída no país ao longo dos últimos 60 anos. Não existe experiência no mundo de nação desenvolvida sem indústria forte e estrategicamente posicionada.

A indústria brasileira não será novamente competitiva se a taxa de câmbio não se desvalorizar, os juros não caírem e os investimentos não retornarem de forma mais substantiva. Câmbio e juros, no entanto, têm sido utilizados no controle da inflação e, por isso, o manejo dessas duas variáveis para equacionar inflação e crescimento (em particular, o puxado pela indústria) não é simples. A inflação é um desafio tanto no sentido dos males que causa para a economia e os salários quanto para o entendimento de sua natureza. Entender as causas da inflação é fundamental para se aplicar a política mais adequada a controlá-la, que traga os menores impactos redutores sobre o crescimento a longo prazo, com redistribuição de renda e inclusão social.

O financiamento do Estado também está novamente em questão. Em função da desaceleração econômica e das desonerações praticadas, a arrecadação tem se reduzido. Além disso, o Estado ampliou o escopo de

diversas políticas públicas, o que tem pressionado os gastos públicos. Menores receitas e maiores despesas se refletem na elevação da dívida pública (tanto no conceito de dívida líquida quanto no de bruta).

Por fim, uma fonte de vulnerabilidade da economia brasileira são as trocas (comerciais e financeiras) com o exterior. A política de dólar barato por tempo tão longo, além de ter afetado a estrutura produtiva brasileira, incentivou importações, viagens ao exterior, compra de serviços e financiamentos externos. No conjunto das relações com o resto do mundo, atualmente o Brasil tem *déficit* de 3,7% do PIB. Ainda que boa parte desse saldo negativo seja financiado pelo ingresso de capitais externos para investimentos, o *déficit* do PIB coloca em risco a autonomia da política econômica do país e, por isso, precisa ser reduzido. Todas as vezes em que o país enfrentou problemas econômicos graves, o *déficit* externo estava elevado.

O desafio para recuperar o desenvolvimento socioeconômico é imenso pois mexe com variáveis cujo comportamento é de difícil equacionamento conjunto: (1) aumentar o crescimento e manter a inflação sob controle; (2) desvalorizar o câmbio e atenuar o impacto sobre os preços; (3) baixar a taxa de juros e segurar a inflação; (4) gerar superávit primário sem alterar significativamente o investimento público e os estímulos ao investimento privado; (5) fazer a indústria crescer e se tornar mais competitiva; (6) reduzir o déficit externo em transações correntes; (7) tornar mais competitiva as exportações; (8) criar ambiente favorável aos investimentos privados sem descuidar da redistribuição justa da riqueza gerada.

O quadro político e econômico é, talvez, o mais complexo dos últimos anos. Não bastassem as questões econômicas, marcadamente do baixo crescimento, o ambiente político não favorece ao governo, o que ameaça o propósito declarado de elevar o padrão de vida da população. O movimento sindical e os segmentos sociais interessados em construir um país justo e com condições dignas de vida para todos devem se preparar para o tamanho dos desafios já colocados.

Embora não se possa afirmar que o Brasil se encontre em recessão, isto é, em retração geral da atividade econômica, o percentual previsto de crescimento do PIB é muito baixo e ameaça o processo de desenvolvimento do país. O crescimento é pressuposto, político e econômico, para elevação da renda e para a melhora na forma de distribuí-la. Se a economia não se expandir, o processo de inclusão social poderá ser interrompido, o que já se reflete em alguns indicadores (como a estagnação no número de pobres no país e no índice de Gini da distribuição de renda entre as famílias). O país precisa crescer a taxas mais elevadas, por largo período, para aumentar a renda per capita e melhorar a vida da população, o que deve ser o objetivo primeiro da política econômica de qualquer nação.

**Direção Executiva**

Presidente: Antônio de Sousa - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice Presidente: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Roberto Blota - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luís Carlos de Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenador de atendimento técnico sindical: Airton Santos

Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Ângela Maria Schwengber

Equipe Responsável

Airton Santos

Frederico Melo

Jose Álvaro Cardoso

Patrícia Pelatieri

Thomaz Ferreira Jensen